

ENTRE GAZA E ANNAPOLIS

O CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO

NA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

Bernardo Futscher Pereira

O exercício da presidência portuguesa da União Europeia (UE) no dossiê israelo-palestiniano foi balizado por dois marcos: a tomada do poder em Gaza pelo Hamas, no dia 15 de Junho de 2007, e a conferência de Annapolis, a 27 de Novembro. Embora de sinal oposto, estes dois acontecimentos estão intimamente ligados. Com efeito, foi a dissolução do Governo de Unidade Nacional entre a Fatah e o Hamas, na sequência do golpe de Estado em Gaza, que criou as condições políticas para o recomeço das negociações entre Israel e a Autoridade Palestiniana, formalmente consagrado em Annapolis. Retrospectivamente, não restam dúvidas de que o Governo de Unidade Nacional entre a Fatah e o Hamas, que resultou da mediação da Arábia Saudita em Março de 2007, constituía um impedimento ao lançamento de negociações políticas entre Israel e os palestinianos. A participação dos islamitas no Governo entravava os movimentos do presidente da Autoridade Palestiniana, Abu Mazen, e constituía, para Israel e para os EUA, um desvio inaceitável à política de ostracismo relativamente ao Hamas decretada pelo Quarteto na

sequência da vitória daquele movimento nas eleições de 2006.

A dissolução do Governo de Unidade Nacional removeu esse impedimento, e introduziu uma nota de urgência nos esforços para relançar o processo de paz. A demonstração de força do Hamas em Gaza foi um choque e um alerta para o que poderá acontecer na Cisjordânia caso a actual situação se prolongue indefinidamente. Para Abu Mazen e para os palestinianos moderados, um entendimento com Israel tornou-se uma necessidade vital. Por outro lado, a partir do momento em que se declararam inimigos jurados do Hamas, Abu Mazen e o primeiro-ministro Salam Fayad, transformaram-se em parceiros aceitáveis para Israel. Embora a sua eficácia política seja posta em dúvida, a sua boa-fé não é questionada. Abu Mazen é respeitado por se ter oposto de forma consistente à violência durante a segunda *intifada* e Fayad pela sua seriedade e pelo seu perfil tecnocrático e relativamente apolítico.

Porém, é duvidoso que entregues a si próprios, Olmert e Abu Mazen tivessem ido tão longe quanto foram em Annapolis.

Para repor em marcha o processo negocial, foi decisivo o envolvimento internacional: o relançamento da Iniciativa de Paz árabe, na cimeira de Riade, em Março de 2007, foi um elemento importante, pois dava respaldo aos palestinianos e oferecia a Israel a perspectiva de ser aceite pelo mundo árabe. Mais importante, todavia, foi o empenho da secretária de Estado americana, Condoleezza Rice. A soma destes ingredientes, cujo elemento aglutinador é o medo do Irão e da sua crescente influência na região, permitiu relançar, pela primeira vez desde 2000, as negociações entre Israel e os palestinianos. Para a UE, esta dinâmica teve um reflexo positivo que a presidência portuguesa estimulou e procurou aproveitar: uma vez encontrado um rumo político claro, que perspectiva o fim do conflito, as divisões sempre latentes entre os países europeus acerca do Médio Oriente passaram para o segundo plano e gerou-se um consenso interno em torno da agenda de Annapolis.

A ATITUDE DA UE FACE AO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO DEPOIS DO ALARGAMENTO A LESTE

Embora a UE tenha subscrito a política de ostracismo relativamente ao Hamas decretada pelo Quarteto, nas suas deliberações internas sempre pairaram algumas dúvidas sobre o bem fundado dessa política, designadamente entre os parceiros com mais simpatia pela causa palestiniana. A dinâmica favorável a um processo de negociações, bem como a clara preferência de Abu Mazen e da Fatah por uma estratégia de pressão sobre o Hamas, acabaram

por calar essas dúvidas durante a presidência portuguesa.

Mas a posição da UE, agora firmemente ancorada no Quarteto, não é apenas resultado das circunstâncias. Também é importante ter presente que os seus equilíbrios internos relativamente ao conflito israelo-palestiniano se alteraram de forma significativa após o último alargamento. Os países mais próximos das teses israelitas passaram a contar com vários novos aliados, ficando, na prática, em igualdade de circunstâncias com os países da orla sul do Mediterrâneo, tradicionalmente mais críticos relativamente a Israel e cujas posições tendiam a prevalecer.

A presidência da União tem um duplo papel: tirar a bissectriz entre as diversas posições dos estados-membros, de modo a proporcionar consensos e, ao mesmo tempo, liderar e imprimir uma orientação à política da União. No seu papel de facilitador de consensos, Portugal adoptou uma posição de certa neutralidade e equidistância entre estas duas sensibilidades. Quando se tratou de liderar, defendemos que não era o momento de revisitar políticas já acordadas, mas sim de apostar no processo de Annapolis, valorizar a importância da Iniciativa árabe, mobilizar apoios a Abu Mazen e encorajar Israel a dar os passos necessários para dinamizar o processo de negociações e alterar as suas práticas no terreno, em especial no espinhoso capítulo dos colonatos. Durante a sua presidência, Portugal recolocou esta questão, que é absolutamente central no conflito entre Israel e os palestinianos, num plano de maior destaque do que vinha ocupando. A principal fragilidade do actual processo

de paz é o facto de as negociações políticas não terem qualquer correspondência com a situação no terreno. O golpe do Hamas em Gaza criou as condições para a conferência de Annapolis, mas a situação naquele território permanece também como um símbolo dessa fragilidade. Símbolo porque o problema não consiste apenas na divisão entre o Hamas e a Fatah e na separação dos dois territórios palestinianos. Se em Gaza a situação se deteriorou claramente, na Cisjordânia pouco ou nada melhorou, quer no capítulo do «Movimento e Acesso», quer na política de colonatos. Os apertados dispositivos de controlo do Exército israelita, ditados em grande parte pela necessidade de proteger os colonatos, continuam omnipresentes. Para além do seu impacto político e psicológico, constituem um verdadeiro mecanismo de estrangulamento da economia palestiniana.

O colapso da economia palestiniana, provocado em boa parte pelas asfixiantes restrições à liberdade de circulação, de pessoas e mercadorias, obrigou a UE a fazer um esforço financeiro sem precedentes para acudir às necessidades das populações da Cisjordânia e de Gaza, que são actualmente as maiores beneficiárias da munificência europeia. Em 2006, e apesar da assistência orçamental directa ao Governo palestiniano ter sido interrompida devido à proibição de contactos com o Hamas, a UE e os seus estados-membros gastaram mais de mil milhões de euros em assistência, ao abrigo do chamado «Temporary International Mechanism». Em 2007, as somas despendidas foram igualmente desta ordem de gran-

deza e, a acreditar nas promessas efectuadas na Conferência de Doadores de Paris, que teve lugar a 17 de Dezembro, a generosidade da Comunidade Internacional será ainda maior em 2008. Todavia, na ausência de uma alteração profunda da situação no terreno, que permita reanimar a economia, estas somas colossais representam apenas um paliativo.

A grande incógnita para os próximos meses é de saber se a mecânica diplomática prevalecerá sobre a inércia no terreno ou vice-versa. O processo negocial é movido por uma Administração americana em fim de mandato – por um lado enfraquecida, mas por outro mais imune às pressões do lóbi pró-Israel – pelo apoio dos países árabes, preocupados com a subida do radicalismo e com o protagonismo do Irão, e pela UE, cujo papel é essencialmente o de apoiar financeiramente os palestinianos. Quanto às partes, o interesse da Autoridade Palestiniana parece mais evidente que o de Israel, muito embora o primeiro-ministro Olmert tenha a seu crédito algumas declarações corajosas. Quanto ao texto acordado em Annapolis, embora, na substância, seja vazio de conteúdo, contém algumas novidades no aspecto processual: pela primeira vez, Israel aceitou um prazo indicativo para o final das negociações, o final de 2008, e aceitou a arbitragem dos Estados Unidos relativamente ao cumprimento das obrigações do *road map*.

O IMPASSE QUE PERSISTE

No terreno, porém, quase não há movimento. A *vexata questio* do cumprimento do *road map*, cuja validade foi reafirmada

em Annapolis, não avança. Nem Israel desmantela os *outposts* e congela os colonatos nem os palestinianos, apesar de denodados esforços, se mostram à altura das exigências israelitas em matéria de segurança. O acordo sobre «Movimento e Acesso», assinado em Novembro de 2005, sob os auspícios de Condoleezza Rice, permanece letra morta. Em Gaza, o Hamas continua a consolidar o seu poder e prossegue uma espécie de conflito em lume brando com Israel. O recente derrube do muro que isolava Gaza do Egipto mostra que continua a dispor de capacidade de actuação e de iniciativa. A libertação de algumas centenas de prisioneiros palestinianos é o dado mais positivo que se verificou nos últimos meses, mas processa-se com grande lentidão. A violência está a níveis baixos na Cisjordânia mas a IDF considera que tal se deve ao controlo férreo que mantém sobre aquele território e não mostra disposição para o relaxar. Se, anteriormente, o próprio início e desen-

rolar das negociações estava condicionado ao cumprimento das obrigações do *road map* por parte dos palestinianos, agora estamos na situação inversa: as negociações processam-se independentemente da situação no terreno e até se admite, em tese, que possam ser concluídas nos prazos previstos em Annapolis, mas Israel torna claro que não tenciona executar nada do que for acordado enquanto não se der por satisfeito quanto à capacidade dos palestinianos na área da segurança. Será a dinâmica diplomática suficientemente forte para vencer a inércia no terreno e para sobreviver a eventuais provocações de grupos extremistas? Conseguirá Salam Fayad reconstruir a Autoridade Palestiniana, com a ajuda de Tony Blair? Até que ponto estará Israel disposto a fazer concessões? Admitindo que o queiram, terão Olmert e Abu Mazen suficiente força política para levar até ao fim o processo negocial? Estas são as grandes incógnitas para os próximos meses. *RJ*